



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 23 de fevereiro de 2012

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Suframa reajusta contrato e eleva gastos com servidores terceirizados.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> OBalança tem saldo positivo de US\$ 370 milhões .....	2
COLUMNAS	
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Governo dará concessão para manutenção de estradas .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> O superávit primário não resolve todos os problemas .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Contratos portuários não serão prorrogados.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Dólar no menor preço em quase quatro meses .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b><u>Suframa</u> reajusta contrato e eleva gastos com servidores terceirizados</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**A Superintendência da Zona Franca de Manaus é alvo de processo proposto pelo Ministério Público Federal por contratação de funcionários sem concurso**

**Manaus** - A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) aumentou os gastos com a terceirização de servidores. Conforme extrato publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (22), a instituição reajustou em 8,9% o valor do contrato com a 'Imperial Rondônia', empresa responsável pela administração de recursos humanos. A assessoria da Suframa informou que o reajuste foi motivado pelo o aumento do salário mínimo e outros benefícios. Segundo a assessoria, o contrato não tem relação com as denúncias do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM) por gastos irregulares com terceirizados.

**De acordo com o DOU, o reajuste concedido à empresa é retroativo a 1º de janeiro do ano passado. O gasto total vai saltar de R\$ 934.417,44 para**

R\$ 1.017.895,44. Conforme o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a 'Imperial Rondônia' é uma empresa instalada em Porto Velho (RO) e tem como principal atividade a limpeza em prédios e em domicílios.

**Contra a terceirização**

De acordo com o procurador-chefe do MPF-AM, Thales Cardoso, desde setembro de 2011, a Suframa está proibida judicialmente de contratar novos terceirizados. Cardoso é o autor de uma ação na Justiça Federal, que determinou à Suframa que demitisse 200 funcionários temporários ligados à instituição por meio de contrato com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi).

Segundo o Ministério Público, na época, a Suframa ainda empregava irregularmente outras 400 pessoas. Cardoso afirmou que durante as investigações na Suframa foram detectados casos de nepotismo, descontrole na contratação de terceirizados, além de indícios de pessoas que recebem salário sem trabalhar.

Suframa e Fucapi ainda respondem a outra ação por improbidade administrativa na Justiça Federal. O processo ainda não tem data para ser julgado. As denúncias contra a instituição foram responsáveis pelo pedido de exoneração da Superintendente Flávia Grosso. Em outubro, ela se afastou do cargo, alegando precisar de mais tempo para sua defesa.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA COLUNAS	
	TÍTULO <b>OBalança tem saldo positivo de US\$ 370 milhões</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Na terceira semana do mês, o País exportou US\$ 4,703 bilhões e importou US\$ 4,333 bilhões**

A balança comercial brasileira registrou um saldo positivo de US\$ 370 milhões na terceira semana do mês. Entre os últimos dias 13 e 19, as **exportações** atingiram um total de US\$ 4,703 bilhões, enquanto as **importações** somaram US\$ 4,333 bilhões, de acordo com dados divulgados ontem pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**.

No mês, as vendas externas alcançaram US\$ 12,394 bilhões, e as **importações** US\$ 10,673 bilhões, com sal do positivo de US\$ 1,721 bilhão.

A média diária das **exportações** este mês é de US\$ 953,4 milhões, 14% maior que em fevereiro de 2011. Nas **importações**, a média diária ficou em US\$ 821 milhões, com alta de 5,7% em relação a fevereiro do ano passado. No acumulado do ano, as **exportações** somam US\$ 28,535 bilhões e as **importações**, US\$ 28,106 bilhões, com superávit de US\$ 429 milhões.

Analistas consultados semanalmente pelo Banco Central estimam que a balança comercial fechará o ano com um superávit de US\$ 19,5 bilhões. O BC, por sua vez, projeta um saldo positivo de US\$ 23 bilhões.

As **exportações** brasileiras registraram em fevereiro aumento nas três categorias de produtos. Os dados divulgados ontem mostram que os embarques de manufaturados subiram 24,1% em relação a fevereiro de 2011, em razão de vendas de plataforma de perfuração e exploração de petróleo, energia elétrica, óleos combustíveis, aviões, motores e geradores elétricos, e partes de motores para veículos.

As **exportações** de semimanufaturados aumentaram 10,2%, por conta de semimanufaturados de ferro e aço, alumínio em bruto, ferro fundido e açúcar em bruto. Os produtos básicos mostraram crescimento de 7,4% puxados, principalmente, por soja em grão, algodão em bruto, farelo de soja e petróleo em bruto.

Nas **importações**, o aumento de 5,7% na média diária do mês em relação a fevereiro de 2011 ocorreu com aumento dos gastos, principalmente, com equipamentos mecânicos (25,4%), instrumentos de ótica e precisão (24,7%) e siderúrgicos (21,6%).

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo dará concessão para manutenção de estradas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Depois de privatizar três dos principais aeroportos do País, o governo de Dilma Rousseff quer agora firmar concessões com a iniciativa privada para a manutenção de estradas federais. Até o fim do ano, o Ministério dos Transportes pretende concluir as primeiras licitações para administração de trechos da malha rodoviária, no formato de parcerias público-privadas, por períodos mínimos de dez anos. O governo descarta a cobrança de pedágio**

Governo propõe licitações de 10 anos para manutenção de rodovias federais

Projeto no formato de parcerias público-privadas não prevê a cobrança de pedágio; promessa é reduzir custos e melhorar os serviços

Fábio Fabrini, de O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA - Depois de privatizar três dos principais aeroportos do País, o governo Dilma Rousseff quer agora firmar concessões de longo prazo com a iniciativa privada para a manutenção de estradas federais. Até o fim deste ano, o Ministério dos Transportes pretende concluir as primeiras licitações para a administração de trechos da malha rodoviária, no formato de parcerias público-privadas (PPPs), por períodos mínimos de dez anos. A promessa é reduzir os custos e melhorar a eficiência dos serviços, atualmente precários e mal fiscalizados.

O projeto está sendo tocado pela nova cúpula do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com o aval do ministro Paulo Sérgio Passos (Transportes) e do Planalto. A Empresa Brasileira de Projetos (EBP), ligada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fará a modelagem econômica das PPPs, definindo a extensão dos trechos a conceder, os prazos e o montante de investimentos necessário.

Pelo modelo proposto, o governo fará o levantamento da situação de cada estrada e do montante a ser aplicado

para mantê-la em boas condições no período fixado para a parceria. A partir disso, abrirá licitação. Vencerá a concorrência a empresa que oferecer o maior desconto sobre o valor apresentado.

O Dnit descarta a cobrança de pedágio. Um dos motivos é que a maioria das estradas brasileiras não tem movimento suficiente para que a manutenção seja custeada pelo pagamento de tarifas. Além do mais, os corredores de maior fluxo, como as BRs 381, 040 e 101, já foram ou estão em processo de concessão.

Exemplos. O Dnit se diz inspirado por países como Portugal, Inglaterra, Noruega e França. "Lá, os custos dos serviços caíram de 15% a 40%", sustenta o diretor executivo do órgão, Tarcísio Gomes de Freitas. No País, a única experiência semelhante foi implantada em Minas Gerais, na estrada que liga a Grande Belo Horizonte à divisa com São Paulo. Por lá, contudo, o governo paga apenas uma parte do pacote de serviços. O restante é bancado pelos pedágios.

A ideia do governo é que o novo sistema seja implantado inicialmente em BRs como 364 (RO), 153 (PR) e 242, que liga a Bahia ao Mato Grosso.

É uma alternativa ante ao fracasso dos programas tradicionais de manutenção.

Ele explica que a principal vantagem do novo sistema é que o governo não pagará mais por serviço executado. Na teoria, isso acaba com a velha tática das empreiteiras de fazer obras de má qualidade para, em curto prazo, executá-las novamente, recebendo em dobro. A remuneração será pelo desempenho. A empresa terá que manter o trecho sempre nas condições acordadas.

Além disso, será possível concentrar tarefas e responsabilidades. Hoje, num mesmo trecho, várias empresas atuam em serviços de manutenção. Em caso de falhas, é comum um empreiteiro empurrar a culpa para outro.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>O superávit primário não resolve todos os problemas</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**O Banco Central (BC), sob o comando de Alexandre Tombini, deu finalmente atenção à política fiscal do Governo Federal. O Comitê de Política Monetária (Copom) considera que, se o governo de fato conseguir atingir a meta de um superávit primário de R\$ 139,9 bilhões, será possível controlar a inflação.**

O destaque que o BC deu aos gastos do governo nos parece um grande progresso, pois eles sem dúvida estão criando uma liquidez que não favorece o controle da inflação. Todavia, há uma ilusão quanto ao peso do superávit primário.

Não se pode esquecer de que a função principal do superávit primário é, antes de tudo, gerar recursos para pagar uma parte dos juros da dívida pública, ou seja, para reduzir o déficit nominal. Portanto, é necessário examinar com quais recursos a meta do superávit primário é alcançada, como também verificar qual será o montante das despesas com o superávit primário permanecendo igual ao do ano anterior.

O objetivo de uma política fiscal sadia é dosar a liquidez do público para que ela não leve a um aumento da demanda, que favorece a inflação. Se, como no ano passado, o valor do superávit primário, estabelecido pela Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), é alcançado graças aos dividendos do **BNDES**, não houve restrições à liquidez do público.

Talvez o mais grave é quando os gastos do **Governo Federal** aumentam, mesmo depois do corte de R\$ 55 bilhões, e o superávit primário fica com o mesmo valor do ano anterior.

E há uma outra questão: em 2011 o governo atingiu a meta do superávit primário sacrificando investimentos. Neste ano, segundo as declarações da presidente da República e do seu ministro da Fazenda, será dada prioridade aos gastos com infraestrutura. Já notamos em editoriais que o corte de R\$ 55 bilhões não é muito sério e atinge especialmente emendas ao projeto do governo.

Para dinamizar os investimentos, seria necessário cortar despesas de custeio. Não se fala disso. Assim, podemos temer que os gastos com investimentos sejam maiores do que no ano passado. O superávit primário poderá ser atingido, mas não diminuirá a liquidez da economia.

Caberá ao Banco Central - que agora considera mais eficientes as medidas macroprudenciais - atuar para eliminar o excesso de liquidez que terá origem no excesso de gastos do **Governo Federal**. Não podemos esquecer de que, no ano passado, as medidas macroprudenciais tiveram uma grande responsabilidade na queda da atividade econômica.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Contratos portuários não serão prorrogados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Decisão da Antaq é publicada no Diário Oficial.  
Licitações devem ocorrer ainda este ano**

#### **Danilo Fariello**

BRASÍLIA. Decisão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), publicada no Diário Oficial de ontem, sepultou qualquer possibilidade de prorrogação dos contratos de 77 terminais em 15 portos do país - incluindo alguns em Santos e no Rio. As licitações, que estavam suspensas por liminares obtidas na Justiça, devem acontecer ainda em 2012. A pressa tem em vista o fim dos contratos de arrendamento de terminais assinados antes de 1993. Há riscos de as empresas interromperem a operação cotidiana nos portos, na ausência de contrato ou diante da possibilidade de perderem o direito ao terminal.

A incerteza jurídica em relação à renovação desses contratos travava há meses investimentos em um setor fundamental para o **comércio** exterior e a logística nacional. A decisão da Antaq atende à recomendação da presidente Dilma Rousseff, que determinou em janeiro celeridade para o assunto.

Um erro textual em ofício da Advocacia Geral da União (AGU) acabou acarretando atrasos nos processos de licitações e abriu brechas para as ações na Justiça. Inicialmente, a Antaq havia aprovado a possibilidade de renovação dos contratos atuais, mas em consulta à AGU obteve resposta enfática contra a prorrogação. Porém, por causa de uma falha de revisão, na última linha do ofício enviado pela AGU à Antaq, escreveu-se que a AGU concordava com o conteúdo proposto, ou seja, seria a favor da prorrogação dos contratos.

#### **Empresas podem recorrer da decisão na Justiça**

Com base nessa linha desconexa do ofício, a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) conseguiu liminar na Justiça para que se publicasse a primeira decisão da Antaq pela prorrogação. Apenas ontem, com a publicação de revogação da norma anterior da agência, seguindo a recomendação da AGU, houve uma definição jurídica em favor das novas licitações, avaliou Marcelo de Siqueira Freitas, procurador-geral federal.

Wilen Manteli, presidente da ABTP, no entanto, não considera o assunto encerrado e diz que as empresas podem recorrer à Justiça, se entenderem que têm direito à renovação dos contratos. Procurada, a Antaq não se manifestou sobre a questão.

- No meio desse tiroteio de resoluções, eu não estou entendendo bem a decisão - disse Manteli.

Até 1993, antes da Lei dos Portos, bastava um contrato entre a companhia de docas de cada estado e a empresa interessada para operação dos terminais. Esses contratos eram revistos a cada dez anos. A lei previu possibilidade de renovação dos contratos por duas vezes. Por isso, 2013 acumula vencimentos.

O novo modelo que essas licitações vão seguir ainda é mantido em segredo. Não se sabe se o governo vai optar por arrendamento, concessão ou pelo regime de outorga, como as concessões dos aeroportos, além dos novos prazos. Mas já existe decisão de procurar melhorar a gestão e o aproveitamento dos terminais.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dólar no menor preço em quase quatro meses</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Apesar da atuação do BC, moeda caiu 0,415%, negociada a R\$ 1,707**

O **dólar** caiu ontem ao menor nível em quase quatro meses ante o real, refletindo ingressos de recursos no país.

Com isso, o Banco Central voltou a intervir no **mercado** por meio de um leilão de compra de **dólar** no **mercado** à vista, para evitar que a moeda americana rompa o patamar de R\$ 1,70.

Mesmo assim, a moeda caiu 0,41%, para R\$ 1,707 na venda.

É o menor patamar desde 31 de outubro, quando a cotação terminou em R\$ 1,703 na venda.

A entrada de moeda no país puxava a cotação do **dólar** para baixo, segundo o operador de câmbio da corretora Renascença José Carlos Amado. "Num dia de baixa liquidez, pequenas entradas de **dólar** já são suficientes para desvalorizar a moeda", afirmou.

Às 14h55, quando o **dólar** estava perto das mínimas do dia, a autoridade monetária anunciou um leilão de compra de moeda à vista, definindo como corte a taxa de R\$ 1,7083.

Foi a segunda operação desse tipo que o BC realizou desde que voltou a comprar **dólares** no **mercado**, há pouco mais de duas semanas.

Nas últimas sete sessões, no entanto, a autoridade monetária não atuou no **mercado**. Além dos leilões à vista, o BC também tem atuado com leilões de compra a termo, com data de liquidação diferenciada.

Para o diretor de tesouraria do Banco Prosper, Jorge Knauer, foi o fluxo positivo que chamou o BC novamente ao **mercado**. "O BC sabe quando o **mercado** está líquido e ele julgou que, para uma dia como hoje, o fluxo estava forte e decidiu comprar, para controlar a volatilidade", afirmou.

O **Brasil** continua registrando entrada líquida de **dólares**, segundo dados da autoridade monetária.

Entre os dias 6 e 10 deste mês, o superávit cambial foi de US\$ 3,828 bilhões, ante os US\$ 4,575 bilhões que ingressaram na semana anterior.

Os negócios no interbancário começaram por volta das 13h.